

TÍTULO DO TRABALHO			
A DIREITA GANHA ÀS RUAS: ELEMENTOS PARA UM ESTUDO DAS RAÍZES IDEOLÓGICAS DA DIREITA BRASILEIRA			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Demian Bezerra de Melo	Universidade Federal Fluminense	UFF	Prof. Adjunto de História Contemporânea
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Meio século depois a direita brasileira voltou as ruas. Desde o contexto do golpe de 1964, em razão de suas opções estratégicas, a direita brasileira havia passado a recusar as mobilizações nas ruas como legítima forma de disputa política. O caráter antimobilizador tanto do regime ditatorial militar quanto do neoliberalismo dos anos 1990 haviam conduzido a isso. Nunca saíram do poder, mas desde a subida do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003, enquanto parte da direita se compôs com o Lulismo, uma outra ficou na oposição. Nossa hipótese é que a confluência recente entre essas direitas embora não tenha se traduzido numa mesma chapa às eleições presidenciais de 2014, seus grupos mais ideológicos se agruparam no segundo turno na chapa de Aécio Neves. Ultraliberais, conservadores e fascistas desde junho de 2013 descobriram a eficiência da mobilização de rua e da organização de massas. O propósito desta comunicação é apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa sobre a trajetória da direita brasileira nas últimas duas décadas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
direita, liberalismo, conservadorismo, fascismo, processo político brasileiro			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Half a century later the Brazilian right back to the streets. Since the 1964 coup of context, because of its strategic options, the Brazilian right was passed to refuse the mobilizations in the streets as a legitimate form of political struggle. The antimobilization character of both the military dictatorship as the neoliberalism of the 1990s had led it. Never came out the power but from the Workers Party rising to the federal government in 2003 as part of the right was composed with Lulism, another was in opposition. Our hypothesis is that the recent confluence of these rights although it has been translated in the same plate to the 2014 presidential elections, his most ideological groups rallied in the second round in Aécio Neves plate. Ultra-liberal, conservative and fascist since June 2013 discovered the street mobilization efficiency and mass organization. The purpose of this communication if to presente the initial results of a survey on the trajectory of the Brazilian right the past two decades.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
right, liberalism, conservatism, fascism, Brazilian political process			
EIXO TEMÁTICO			

Há meio século que a direita brasileira não sabia o que era fazer mobilização de massas. Todavia, desde 15 de março deste ano, isso claramente mudou. O golpe que depôs Jango em 1964 contou com o apoio de parcelas da sociedade brasileira, nas camadas médias urbanas principalmente (mas também de parcelas mais plebéias), mobilizadas pelo medo do “fantasma do comunismo”, com a campanha do rosário em família e as Marchas com Deus pela Liberdade (e pelo golpe militar) assumindo contornos de massa.¹

Antes disso só nos anos 1930, no contexto do Integralismo, o fascismo brasileiro ganhou ares de um movimento massivo, tendo aquela direita alistado milhares de pessoas em várias regiões do Brasil (TRINDADE, 1974). A memória de 1964 é mais presente, e não é possível não relacionar a atual escalada da direita radical nas ruas do país sem lembrar dos episódios de 50 anos atrás. As similitudes ficam apenas na aparência, uma espécie de pastiche.

Há cinquenta anos a direita não sabia o que é fazer mobilização de massas porque suas opções estratégicas foram fundamentalmente antimobilizadoras. A ditadura militar foi um regime antimobilizador e também por isso não pode ser caracterizado como uma experiência fascista. Segundo uma análise consagrada, do sociólogo argentino Guillermo O’Donnell (1987), tal caráter da ditadura brasileira resultou do fato de que a intervenção militar em 1964 ter se feito para conter uma escalada das lutas sociais. Foi, aliás, precisamente para deter o avanço das mobilizações dos setores subalternos, da classe trabalhadora urbana, rural e na baixa patente das Forças Armadas que a direita buscou construir uma mobilização de massas para depor um presidente apresentado como “fomentador da luta de classes”. Contudo, ainda que para o golpe tenha se apoiado numa base de massas, o regime ditatorial militar não buscou agitar as massas, e mesmo quando gozou de relativo apoio social o conseguiu desmobilizando totalmente as forças sociais no contexto do “milagre econômico”, instalando literalmente a paz dos cemitérios. Como assinalou o saudoso Carlos Nelson Coutinho, em comparação com o fascismo italiano, em alguns momentos a ditadura brasileira conseguiu um consenso *passivo* entre alguns setores importantes das classes sociais brasileiras, mas nunca um consenso *ativo* (COUTINHO, 1999: 202, 216-217).

O outro grande projeto estratégico da direita brasileira no último meio século, o neoliberalismo, viveu seu auge nos anos 1990, e para ser justo com tudo que já se escreveu sobre o assunto a partir de uma perspectiva crítica, não é exato que este tenha acabado (HARVEY, 2008). Para mais uma vez lembrar do Coutinho, permanecemos no interior da Época Neoliberal (COUTINHO, 2012).

O que talvez seja importante destacar aqui é que do ponto de vista ideológico no Brasil, o neoliberalismo já havia perdido a hegemonia ideológica que gozou nos anos do governo Fernando Henrique Cardoso, principalmente em seu primeiro mandato (1995-1998). O fim da hiper-inflação,

¹ Sobre a relação de forças sociais naquele contexto, ver Marini (2012), Moniz Bandeira (2010), Dreifuss (1981).

mesmo que ao custo da entrega do patrimônio público e da desindustrialização do país, levaram setores expressivos da população a apoiar diretrizes do ajuste neoliberal, como as privatizações.

Em pesquisa realizada pelo Ibope em dezembro de 1994, 57% dos entrevistados se disseram favoráveis à venda dos bancos estaduais ao capital privado. Esse consenso, no entanto, se quebrou ao longo dos anos. Em 2007, por exemplo, em uma pesquisa encomendada pelo jornal *O Estado de São Paulo* e o instituto Ipsos, foi constatado que 67% dos entrevistados eram contrários à privatização dos serviços públicos, sendo generalizada a percepção de que estes pioraram. Apenas 25% dos entrevistados aprovavam integralmente a medida. No mesmo ano, uma pesquisa do Instituto GPP, publicado pela *Folha de São Paulo* (em maio de 2007), revelou que 50,3% dos brasileiros eram favoráveis à retomada da Vale do Rio Doce pelo Estado; 28,2% são contra, e 21,5% não souberam responder.²

Entre 1990 e 2002 foram desestatizadas 137 empresas e participações acionárias do Estado, principalmente nos ramos siderúrgico, químico, petroquímico, fertilizantes, setor financeiro, de telecomunicações e energia elétrica. O apoio a este processo, fundamentalmente construído pela mídia (SILVA, 2009) articulada a uma pedagogia da hegemonia (NEVES, 2005), não desembocou em nenhum tipo de mobilização de massas. Ao contrário, o Segundo Plano Nacional de Desestatização, que desembocou nos leilões escandalosos da Vale em 1997 e do Sistema Telebrás em 1998, gerou protestos e campanhas para a oposição. Naquela relação de forças, o consenso neoliberal foi fundamentalmente passivo.

Mantendo a tradição oriunda da ditadura, a direita dos anos 1990 não apelou para a mobilização, ao contrário, se encarregou de enquadrá-la na categoria de “populismo”, agora apresentado como o verdadeiro entrave do caminho inexorável do Brasil em direção à “modernidade da globalização”. O “fim da Era Vargas” proclamado por FHC era também o anúncio do fim da política com o povo na rua – que para sermos justos foi muito mais uma característica do Vargasismo sem Vargas no governo Jango, do que em qualquer época anterior. O marasmo de meados da década de 1990 contrastava com a ebulição social dos anos 1980, cujas repercussões apareceram ainda no movimento pela deposição de Collor, em 1992. É verdade que nas campanhas pela redemocratização em 1984, não é possível deixar de ver notórios quadros da direita brasileira saltando para o barco oposicionista, pois por nenhum critério razoável é possível enquadrar a dissidência do PDS que viria a forma o PFL (hoje DEM) como um partido de “centro”.

A direita presente na coalizão do governo petista – essa espécie de “bebê de Rosemary”, ou como assinalou Vladimir Safatle (2012), esse “filho bastardo do Lulismo” –tem sido capaz de pressionar e chantagear o governo “por dentro”, mas é preciso reconhecer que muitas das iniciativas

² “Maioria é contra privatizações, aponta pesquisa.” *Agência Estado*, 11 de novembro de 2007.

mais impopulares, como a Reforma da Previdência ainda em 2003, ou a alteração do Código Florestal em 2011, partiram da iniciativa dos partidos considerados à esquerda na coalizão (PT e PCdoB, respectivamente). Durante a hegemonia lulista³ isso criou enormes dificuldades para a oposição de direita liderada pelo PSDB e não foi por acaso que a grita comum dos comentaristas da direita até recentemente era de que a “oposição não tinha programa”. Como pode agora essa direita ser capaz de quase ganhar a eleição e, mais surpreendentemente, colocar gente na rua?

Para muitos analistas simpáticos ao governo do PT a raiz de tudo estaria nas manifestações de Junho de 2013, numa teoria paupérrima que não é capaz de explicar o fenômeno e se refugia na tese da “conspiração da direita”. Todavia, existe um momento de verdade nestas posições que é o fato da direita ter ido às manifestações de Junho de 2013. Sabe-se que depois da brutal repressão de 13 de junho na Avenida Paulista, a mídia direita, que até então alardeava que tudo aquilo não passava de um movimento de “baderneiros” e “vândalos”, “que não valiam nem vinte centavos!”, passou a “apoiar” o movimento.

E é verdade que na semana de 17 a 21 de junho, entre os milhões que saíram às ruas contra o aumento das passagens no transporte pública estavam muitos grupos de direita. E enquanto a esquerda (incluído o MPL) era expulsa com suas bandeiras vermelhas naquela semana, uma multidão com as cores a seleção de futebol entoava o hino nacional em frente a sede da FIESP. É claro que sem bandeiras que não fossem as do Brasil, a direita se misturou à massa popular e disputou a direção do processo com ajuda preciosa da mídia, que elevou a enésima potência a histeria contra partidos de esquerda e lhe deu uma agenda. A vitória histórica com a redução do preço das passagens em São Paulo e no Rio de Janeiro, e depois em várias outras cidades do país, foi disputada pela direita midiática com o discurso de que as pessoas nas ruas “não tinham propostas nem lideranças”, combinado isso a sua tradicional palavra de ordem: “contra a corrupção”.

Contudo, ao fim a direita colheu resultados pífios quando tentou eleger uma “liderança” para as Jornadas de Junho, com o patético episódio do “desconhecido” Maycon Freitas entrevistado nas páginas amarelas da VEJA, que logo depois se descobriu tratar-se de um extremista de direita. Quanto tentou chamar uma mobilização autônoma em 10 de julho de 2013, não conseguiu atrair nem 20 simpatizantes, tendo sido posteriormente visto em março de 2014 participando de uma tentativa de comemoração dos cinquenta anos da Marcha com Deus pela Liberdade, no Rio de Janeiro.

Essa emergência mais recente da direita tem de ser explicada de algum modo, e talvez seja necessário em primeiro lugar examinar as fontes de seu discurso e os dispositivos onde são

³ Sobre a polêmica em torno a noção de hegemonia lulista, ver Oliveira, Braga e Rizek (2010).

produzidos. Isso pode não ser suficiente para explicar a questão, mas pode ser pelo menos uma boa pista para uma pesquisa exploratória.

Entre outras coisas, essa direita explicita idéias provenientes de um número já conhecido de comentaristas de internet, com espaços nos principais meios de circulação de informações, de grandes jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, de humoristas preconceituosos à blogosfera mais obscurantista, dos saudosistas da ditadura aos adoradores da “Escola Econômica Austríaca”, passando pelo fundamentalismo cristão e roqueiros decadentes. Se tem uma coisa que essa direita radical não pode reclamar é de seu espaço na mídia.

E é um espaço cada vez maior. Quem eram em 2006 Pondé, Magnoli, Villa, Azevedo e outros cérebros de toucinho que hoje fazem a cabeça dos coxinhos, por exemplo? Foi na eleição de 2010, com a profusão do discurso de ódio contra grupos sociais historicamente marginalizados, ou no levantamento da tese absolutamente irreal de que o governo do PT possui algum viés “anticapitalista” (“bolivariano” e agora, sem vergonha, “comunista”), essa direita histórica foi ganhando cada vez mais apelo de massas. Parecem fornecer uma narrativa plausível para camadas sociais com baixíssimo nível de leitura e conseqüentemente de formação política, uma imagem grotesca muito parecida com a base social do “Tea Party” do Partido Republicano estadunidense: uma mistura de neoliberalismo “hard-core” com fundamentalismo cristão.

Em passagem pelo Rio de Janeiro no início de 2015, o filósofo Paulo Arantes apresentou algumas idéias instigantes para a caracterização dessa nova direita, ou direita radical. A partir de uma reflexão sobre o fenômeno do Tea Party, encontrou a noção de “polarização assimétrica”, para pensar como o jogo político estadunidense tem sido caracterizado pela oposição entre forças de centro interessadas na governabilidade contra uma direita intransigente e sem nenhum interesse em governar; seu único propósito é, ao contrário, inviabilizar o governo. Assim, sabe-se que a direita radical já conseguiu algumas vezes paralisar o governo Obama.

Paulo Arantes propôs pensar essa nova direita brasileira a partir dessa característica de ser intransigente em seus princípios, enquanto a “esquerda oficial”, em suma o PT, transige o tempo inteiro e abandonou todos os princípios para viabilizar a “governabilidade”. Do mesmo jeito que o Tea Party, que também caracteriza Obama de “comunista”, da mesma forma o passado guerrilheiro de Dilma Rousseff é ressuscitado como se ela ainda possuísse as mesmas idéias da juventude. Isso também não é de hoje, e para isso basta lembrar como outro figurão dessa nova direita brasileira, Arnaldo Jabor, em 2005 acusava os “bolcheviques do PT” pelo escândalo do “mensalão”.

Só mesmo um ignorante para acreditar que em alguma época o PT possa ter sido “bolchevique”, epíteto que sempre foi usado de forma pejorativa pelo histórico grupo dirigente do PT – liderado pelo José Dirceu, diga-se de passagem – para provocar e desqualificar a minoria mais à esquerda do partido. Contudo, com toda má fé que é própria do Jabor, até recentemente a

acusação de “bolchevismo” era mais metafórica, pois só mesmo um distraído para acreditar que um governo que abriu as portas do Estado brasileiro para o agronegócio, que sempre garantiu boas condições para os rentistas e que promove o interesse dos grandes grupos econômicos brasileiros no exterior possa ter algo para se caracterizar como “socialista”.

As raízes ideológicas da nova direita brasileira

Numa contribuição publicada no Brasil em 2003, Perry Anderson (2003) traçou um longo painel histórico da importância das idéias na ação política e na mudança do mundo. Nos últimos dois mil anos, sistemas de idéias forjados por um período inicial de isolamento e perseguição foram capazes de conquistar hegemonia, como são os casos do cristianismo, e no século XX o socialismo e mais recentemente o neoliberalismo. Este último alcançou uma hegemonia planetária sem igual a qualquer outro sistema de idéias, desde que se impôs ao mundo nos anos 1980 (mas cujos laboratórios estabeleceram-se sob as sanguinárias ditaduras militares chilena e argentina implantadas nos anos setenta).

Aquilo que se convencionou chamar de *neoliberalismo* tem suas raízes em parte nas defesas intransigentes do virtuosismo do livre-mercado na obra de autores identificados com algumas tradições da Economia Neoclássica, como a chamada Escola Austríaca, fundada por Carl Menger ainda no fim do século XIX e continuada por seus discípulos Eugen von Böhm-Bawerk, Ludwig von Mises, Friedrich von Hayek, entre outros.⁴ É também oriunda do monetarismo de viés anglo-saxão, da qual o Milton Friedman foi um representante (VILARREAL, 1984: 89-109), e da Teoria da Escolha Pública de James Buchanan.⁵

Essa confluência de tradições teóricas teve como ponto em comum a marginalidade no mainstream acadêmico e nas opções de política econômica introduzidas sob o impacto de grandes eventos que definiram a história do século XX, a saber: a Primeira Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917 e a crise de 1929, que solaparam as bases do credo ortodoxo, ao lado da emergência de alternativas à esquerda (a URSS) e à direita (os fascismos e os corporativismos) ao liberalismo.

⁴ Ver Feijó (2000). A Escola Austríaca protagonizou na sua origem duas importantes controvérsias no pensamento econômico: uma polêmica com a chamada Escola Histórica Alemã, que ficou a cargo de Menger, e outra com o nascente marxismo, que ficou a cargo de Böhm-Bawerk (disponível em <https://www.marxists.org/subject/economy/authors/bohm/index.htm>). Sobre a primeira, ver o livro de Feijó (2000) citado acima, e sobre o segundo, rendeu vasta literatura, cujas posições iniciais foram compiladas em SWEEZY, Paul (org.) *Economia burguesa y economia socialista*. Buenos Aires: Cadenos Pasado & Presente, Siglo XXI, 1974. O marxista russo Bukharin considerava os membros da Escola Austríaca (assim como os adeptos das outras tradições neoclássicas) como agentes dos setores rentistas do capitalismo. Ver BUKHARIN, N. *La economia política del rentista (Crítica de La economía marginalista)*. 1927. Disponível em <https://www.marxists.org/espanol/bujarin/obras/austria.htm>

⁵ O livro clássico de José Guilherme Merquior, *Liberalismo – antigo e moderno* (1991), traça um grande painel dos liberalismos nos últimos três séculos, localizando, do ponto de vista de um eminente autor liberal, aquilo que se convencionou chamar de “neoliberalismo” na história desta grande tradição política. Ver. Abordagens mais críticas estão referidas em outras notas deste texto.

O intervencionismo estatal da Alemanha durante a guerra, e especialmente o triunfo das concepções de eminente economista da Universidade de Cambridge, John Maynard Keynes, baseada em presença ativa do Estado no processo econômico como forma de combater os efeitos devastadores da Grande Depressão, fecharam o caixão do *laissez-faire laissez-passer*.

Na montagem de uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional ao fim da Segunda Grande Guerra, realizada em Bretton-Woods em 1944, as idéias de Keynes foram bastante influentes (até pela presença do próprio como chefe da delegação britânica, ainda que fosse contrabalançada pelo porta-voz americano, Harry White, que bloqueou algumas iniciativas keynesianas) (HOBSBAWM, 1995: 269). O período de prosperidade que as economias capitalistas viveram após a reconstrução da Europa no segundo após guerra, quando as soluções anticíclicas de corte keynesiano foram amplamente adotadas, identificou-se na crítica ao liberalismo econômico ortodoxo no âmbito das políticas públicas.

Emigrados para o mundo anglo-saxão, Mises e Hayek tornaram-se professores na London School of Economics nos anos 1930 e na Universidade de Chicago após a Segunda Guerra. Um pouco antes disso, quando ainda residia na Inglaterra, Hayek publicaria seu famoso panfleto *O caminho da servidão* em 1944, uma intervenção apaixonada contra a eleição do Labour Party. Isso decorria do fato dos trabalhistas britânicos prometerem aplicar de forma mais radical um abrangente Estado de Bem-estar, o que Hayek via como “socialismo”.⁶

Nesse curioso texto, as catástrofes que marcaram a história da primeira metade do século XX são explicadas pelo abandono do liberalismo em detrimento do “socialismo”, que, vejam, não é referido apenas ao sistema implantado na URSS pela Revolução de 1917, mas toda a sorte de intervencionismo estatal, entre os quais o regime de Hitler e até mesmo o New Deal de Roosevelt. Partindo da alegação falaciosa de que a presença do termo “socialismo” no nome do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães transformariam o regime hitleriano numa “variante do socialismo” – um curioso “socialismo” apoiado por corporações alemãs e estadunidenses como I.G. Farben, Mercedes Benz, Ford e IBM, só pra mencionar as mais famosas que realizaram lucros faraônicos na Alemanha nazista, mesmo durante a Guerra –,⁷ Hayek advertia ao leitor para o resultado inevitável do abandono do liberalismo: a servidão.

⁶ O Labour foi o vitorioso nas eleições gerais de 1945, criando o constrangimento internacional a Winston Churchill, que teve de abandonar a última das conferências entre as potências aliadas na Conferência de Potsdam (entre 17 de julho e 2 de agosto daquele ano) para dar lugar ao trabalhista eleito Clement Attlee.

⁷ A este respeito, vale lembrar que von Mises além de no fim dos anos 1920 tecer comentários elogiosos à suposta “missão civilizatória” que o fascismo italiano cumpriu ao “proteger a propriedade privada contra a ameaça bolchevique”, no início dos anos 1930 seria conselheiro econômico do governo de Engelbert Dollfuss do Partido Social-Cristão Austríaco, que implantou um regime inspirado em Hitler e apoiado por Mussolini. De forma conveniente, quando o Eixo Nazifascista era derrotado (1944), liberais tão comprometidos assim com o fascismo resolveram atribuir a este uma característica supostamente “socialista”. Sobre essa controversa trajetória de Mises, ver o instigante artigo de Augusto (2014).

Isolados do mainstream acadêmico e principalmente político durante algumas décadas, esses e outros talibãs do livre-mercado iriam passar a se reunir de forma regular a partir de 1947 numa cidade suíça próxima Moutreux, naquilo que ficaria conhecido como Sociedade de Mont Pèlerin. Nomes como Gary Becker, James Buchanan, Milton Friedman, Douglass North, Lionel Robbins, Walter Lipman, Karl Popper, entre outros, frequentaram essa espécie de “franco-maçonaria” que continua a existir até hoje.

Mas a contra-revolução neoliberal, no entanto, foi algo mais complexo que o mero resultado de uma conspiração da Sociedade de Mont Pelerin,⁸ constituindo-se num verdadeiro movimento de restauração de classe, articulado internacionalmente através de instituições acadêmicas, mas também de centros de aglutinação de interesses como a Business Roundtable, a Heritage Foundation (reberto da Sociedade Mont Pelerin), e fundações como a Smith Richardson, Olin e Scaife – esta última, financiadora de uma série televisada do célebre livro de Friedman, e que leva o mesmo nome deste, *Free to choose* (Liberdade de escolha). Dispositivos como o Instituto of Economic Affairs (IEA) – um *think tank* fundado pelo sir Antony Fisher sob a influência de Hayek –, a que a própria Thatcher atribuía importância na formação de suas convicções,⁹ exerceram papel importante na construção da hegemonia do neoliberalismo.

Como atesta uma eminência parda dessa direita intransigente, Milton Friedman no prefácio à segunda edição de seu livro *Capitalismo e liberdade*, quando o livro foi publicado pela primeira vez em 1962 sua posição no debate acadêmico era absolutamente marginal. Vinte anos depois a situação havia se invertido, pois no meio disso veio a recessão da economia global nos anos 1970, quando os neoliberais puderam sair da toca com uma “solução”. Sobre isso, no mesmo texto, Friedman anotou:

Somente uma crise – atual ou previsível – provoca uma real mudança. Quando ocorre tal crise, as decisões tomadas dependem das idéias existentes no momento. Esta, creio eu, é nossa função fundamental: desenvolver alternativas para os programas existentes, conservá-las vivas e disponíveis, até que o politicamente impossível se torne politicamente inevitável. (FRIEDMAN, 1988: 7)

Mas a experiência política da Época Neoliberal se constitui em algo além, muito além, da mera aplicação de um certo ideário calcado nas idéias do círculo da Sociedade de Mont Pelerin. Proceder assim é cair numa leitura idealista. No plano ideológico, os analistas críticos sempre pontuam a presença de pelo menos duas tradições políticas que se combinaram em variadas

⁸ Como parece ser o modo como aparece o triunfo do neoliberalismo em alguns bons trabalhos de referência, como Klein (2008).

⁹ De acordo com uma publicação do Instituto Liberal, “Margaret Thatcher reconhecera anos mais tarde que foi graças à leitura de *O caminho da servidão* – publicado em 1944 – e dos trabalhos divulgados pelo IEA que ela formou as suas convicções que depois iriam transformar a política e sociedade inglesa.” (PRUNES, 2006: 15).

experiências nacionais na promoção dos ajustes neoliberais, qual seja a do fundamentalismo de mercado (pois é disso que se trata) com uma agenda neoconservadora baseada na defesa de costumes tradicionais, oposição ferrenha às chamadas minorias e à agenda ambiental. A nova direita pode ser definida por esse tipo de combinação, o que nos permite situar o caso brasileiro no interior de uma corrente política internacional.

O tradicionalismo católico chileno e argentino foi ativamente apoiador das ditaduras militares neoliberais nos anos 1970. Os fundamentalistas cristãos nos EUA foram muito influentes durante o governo Reagan, que contou com estes em sua cruzada contra os sindicatos e pela liberalização geral do sistema financeiro. E o conservadorismo foi o emblema do governo Margaret Thatcher, e isso não só pelo fato prosaico deste ser o pedigree ideológico do partido da “Dama de Ferro”. Nesse sentido, a atual aliança entre o fundamentalismo neopentecostal com os players do *thik tanks* neoliberais no Brasil não é uma particularidade brasileira, mas uma característica mais geral da nova direita.¹⁰

A idéia de tomar as ruas não é desconhecida dessa nova direita em outras latitudes.¹¹ Em 12 de setembro de 2009 o Tea Party mobilizou 100 mil pessoas em Washington no maior protesto contra o governo Obama, que estava em seus primeiros meses. Na Venezuela e na Argentina as direitas são capazes de movimentos ainda mais ousados e massivos, com a articulação de mobilizações juvenis combinadas à lockouts.

A nova direita diante da crise brasileira

A inspiração que tais movimentos têm sobre a nova direita brasileira é patente. A propósito, ninguém menos que Rodrigo Constantino, presidente do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, e mais conhecido como blogueiro da VEJA, no calor das Jornadas de Junho de 2013 escreveu que o que faltava por aqui era um “Tea Party brasileiro” (CONSTANTINO, 17/06/2013). Buscando definir uma linha de atuação naquele processo, alertava para seus partidários para a necessidade de rechaçar qualquer possibilidade do movimento brasileiro se configurar em algo semelhante ao Occupy Wall Street, sendo necessário desde já “plantar as sementes de um Tea Party brasileiro”. E como não existe limites para o mimetismo colonizado, obviamente que surgiu nas redes sociais o tal “Tea Party Brasil”.

De mais concreto o que saiu desse delírio vira-latas foram os “Movimento Brasil Livre” e o “Vem pra rua”, que ao lado de outros grupos extremistas de direita, como os saudosistas da ditadura, as ratazanas de sacristia e pastores intolerantes colocaram milhares de pessoas nas ruas do Brasil para protestar “contra o comunismo e o PT”. Os grupos excêntricos são mais oportunistas,

¹⁰ Uma particularidade brasileira é a presença dos saudosistas da ditadura militar.

¹¹ Nesse ponto agradeço as boas conversas com meu colega de departamento, o cientista político Andres del Rio.

sem capacidade de articulação nacional e muito menos internacional, e nesse processo todo surfaram uma onda criada por outros. Os casos do “Movimento Brasil Livre” e “Vem pra rua” denotam outra dinâmica, mais complexa, com inserção importante nos meios empresariais e importantes conexões internacionais. Esses foram os decisivos, mas seria equivocado isentar esses últimos do rótulo de extremistas.

Algumas pesquisadoras, como a historiadora Rejane Hoeveler (03/06/2015) e a jornalista Mariana Amaral (23/06/2015), têm trazido a tona, por exemplo, o vínculo entre os principais think tanks ultraliberais brasileiros e o Atlas Network, que se apresenta como uma entidade “educacional” que defende “políticas públicas orientadas para o mercado”. Fundado em 1981 pelo empresário Antony Fisher, o Atlas se especializou no financiamento e ajuda a entidades que propagam as idéias liberais (livre mercado, defesa da propriedade privada, redução dos impostos, desregulamentação da economia, principalmente do mercado de trabalho). Hoje a ajuda se estende a 456 instituições em 101 países, de acordo com o site da entidade. Oficialmente o próprio Atlas tem como seus mantenedores entidades identificadas com o conservadorismo religioso, mas também com os auto-intitulados “libertarians”, agrupando, em última análise, recursos e certa representação do grande capital estadunidense.

Para pesquisar a natureza dessa atividade política é necessário tomar como ponto de partida uma reflexão metodológica de Antonio Gramsci sobre as formas que os partidos orgânicos podem assumir no processo histórico. Cito:

Será necessária a ação política (em sentido estrito) para que se possa falar de “partido político”? Pode-se observar que no mundo moderno, em muitos países, os partidos orgânicos e fundamentais, por necessidade de luta ou por alguma outra razão, dividiram-se em frações, cada uma das quais assume o nome de partido e, inclusive, de partido independente. Por isso, muitas vezes o Estado-Maior intelectual do partido orgânico não pertence a nenhuma dessas frações, mas opera como se fosse uma força dirigente em si mesma, superior as partidos e às vezes reconhecida como tal pelo público. Esta função pode ser estudada com maior precisão se se parte do ponto de vista de um jornal (ou grupo de jornais), uma revista (ou um grupo de revistas) são também “partidos”. (GRAMSCI, 2000: 349-350)

É, assim, um formalismo estéril tomar os partidos da direita como as legendas eleitorais (PSDB, DEM, PP etc., muito menos o minúsculo Partido Novo), e deste modo a sugestão gramsciana é adequada para um estudo desse partido do grande capital.

Numa análise perfunctória foi possível perceber a existência de uma espécie de rede internacional ligando a nova direita brasileira à grandes circuitos. Vejamos.

A rede Atlas e a nova direita brasileira

No Brasil os associados são ao Atlas Network são: Centro Interdisciplinar de Ética e Economia Personalista, do Rio; Estudantes pela Liberdade, de Belo Horizonte; Instituto de Estudos Empresariais, Porto Alegre; Instituto de Formação de Líderes, de Belo Horizonte; Instituto Liberal, do Rio; Instituto Liberdade, de Porto Alegre; Instituto Ludwig Von Mises Brasil, de São Paulo; Instituto Millenium, do Rio; e o Instituto Ordem Livre, de Petrópolis (RJ). Além destes, no próprio site do Atlas existe a informação de que membros do “Movimento Brasil Livre” teriam passado por seu “programa de treinamento”, denotando como se constitui uma sofisticada rede de recrutamento e formação dessa militância ultraliberal (HOEVELER, op. cit.).

Numa entrevista ao jornal *Valor Econômico*,¹² o argentino radicado nos EUA Alejandro Chafuen, atual presidente do Atlas, admitiu a colaboração com os think tanks liberais brasileiros, incluindo o apoio de recursos financeiros, destacando-se, contudo, o processo de formação intelectual. Sobre os protestos de 12 de abril de 2015, disse ter se surpreendido (sic) com a quantidade de jovens que tiveram relações com a Atlas e assumiram posições de destaque naquelas manifestações. “Eles estavam na manifestação, com diversos graus de liderança. Isso me entusiasmou porque cada um deles tinha ao menos 20 amigos que pensam parecido”. E para não deixar dúvidas quanto a auto-imagem criada daquele protesto, completou: “Num país onde não havia quase manifestações por liberdade de mercado, de repente, há centenas de milhares de pessoas.” De acordo com ele, 35 brasileiros já teriam passado por treinamento na Atlas, mas é possível acreditar que esse número esteja subestimado.

O público alvo dessa rede são jovens, como o cientista político Fábio Ostermann, animador do MBL, e Juliano Torres, do Estudantes pela Liberdade, que admitem terem estagiado na sede da Atlas, em Washington (Idem). Uma curiosidade de Fábio Ostermann é que o mesmo exibe como vínculo profissional em seu currículo lattes (<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4266058T7>) a associação aos seguintes think tanks: Instituto Liberal, Instituto Ordem Livre, Instituto de Estudos Empresariais, Instituto Liberdade, além do próprio Atlas. Mais curioso ainda é constatar que uma das principais atividades desenvolvidas pelo novo ativismo juvenil de direita é a denúncia da suposta “doutrinação esquerdista nas universidades”.

O Instituto Millenium parece ser o mais dinâmico desses think tanks da direita brasileira, dado a quantidade de interesses econômicos que agrupa e sua notável penetração na mídia. Criado em 2006 e sediado no Rio de Janeiro, mas com atuação destacada em nível nacional, tem vínculos

¹² Entidade americana pró-mercado dá base teórica a manifestantes contra Dilma. *Valor*, 27 de abril de 2015. Disponível em <http://www2.valor.com.br/politica/4022050/entidade-americana-pro-mercado-da-base-teorica-manifestantes-contradilma> (acesso em 27 de abril de 2015).

com esse ativismo juvenil. Até pelo fato de ter entre seus mantenedores João Roberto Marinho, do Grupo Globo, e outros representantes dos grupos Abril e Estadão, o Instituto Millenium tem tido capacidade de pautar diversos debates nacionais através da mídia, dando visibilidade para campanhas como a do “Impostômetro”, da Associação Comercial de São Paulo, ou na promoção do “Dia da liberdade de impostos”, com ampla cobertura na mídia (SILVEIRA, 2013). Além disso, através do que denomina de Câmara de Instituições, o Millenium articula-se a outros think tanks como a Confederação Nacional dos Jovens Empresários, Espírito Santo em Ação, Instituto Atlântico, Instituto de Estudos Empresariais, além dos já mencionados Instituto Liberal e Instituto Liberdade.

Um dos principais comentaristas da área econômica na mídia, Carlos Alberto Sardenberg pertence ao time de especialistas do Millenium, assim como intelectuais liberais de lavra mais sofisticada, como Simon Schwartzman e Bolívar Lamounier. Não escapa de ter em seu staff boçais como Flavio Morgenstern, Rodrigo Constantino, Leandro Narloch e Hélio Beltrão, e como colaboradores personagens como o sociólogo Demétrio Magnoli, os filósofos Denis Rosenfeld e Luis Felipe Pondé, além do antropólogo Roberto Da Matta. Destacam-se também o ex-presidente do Banco Central, Gustavo Franco, os economistas Alexandre Schwartsman e Pedro Malan, os escritores/jornalistas Merval Pereira, Fernando Gabeira, Nelson Motta, Ali Kamel e Guilherme Fiuza, além do cineasta José Padilha, e do escritor peruano Alvaro Vargas Llosa.¹³ Em suma, o Millenium conseguiu atrair as principais estrelas da intelectualidade conservadora, com presença destacada nos órgãos de opinião pública.

Além da rede ligada ao Atlas, think tanks com influência mais global e recursos mais abundantes como o Heritage Foudation e a Cato Institute possuem também vínculos com esses think tanks brasileiros, mas é necessário uma investigação maior nesse quesito. Qual a influência destas na nova direita brasileira, por exemplo, é algo que ainda deve ser procurado.

Vale também investigar se há fontes autônomas do discurso neoconservador, afinal esses mesmos think tanks internacionais, via de regra, combina uma visão liberal na economia com uma conservadora na política. Não seria tudo o mesmo dispositivo?

Um comentário final: sobre as explicações diversionistas

Sobre algumas coisas já escritas sobre essa nova direita, vale destacar algumas posições bem equivocadas. Um tipo bastante comum é o conspiracionismo próprio de hostes governistas, que em geral buscam enquadrar entre os implicados nessa espécie de “teia diabólica imperialista” alguns dos principais movimentos sociais críticos ao Lulismo. Assim, o Movimento Passe Livre (MPL) de

¹³ Outros personagens relevantes estão arrolados no site <http://www.institutomillenium.org.br/>

São Paulo, um dos principais protagonistas das Jornadas de Junho, são apresentados como parte desse mesmo esquema direitista, o mesmo acontecendo até com o combativo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST).

A outra são as narrativas liberais que apregoam uma espécie de continuidade essencial entre as Jornadas de Junho de 2013 e as manifestações da direita em março e abril de 2015. Tal narrativa está presente na grande mídia, em especial na fala daqueles que buscaram apresentar as manifestações de direita como “espontâneas” e “apartidárias”. Mas existe falas que buscam apresentar esse mesmo argumento de modo mais sofisticado, ou pelo menos a partir de uma voz mais respeitada.

Em entrevista ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o historiador e cientista político José Murilo de Carvalho, imortal da Academia Brasileira de Letras e com uma vasta e influente obra, quis caracterizar as manifestações dos dias 15 de março e 12 de abril de 2015 como tendo a mesma base social das Jornadas de Junho de 2013, dos movimentos pelas Diretas Já em 1984 e do Fora Collor em 1992, e antes destas as Marchas com Deus pela Liberdade de 1964, chegando até a campanha “O Petróleo é Nosso” no início da década de 1950. Para Carvalho, foram às “classes médias” os protagonistas destes episódios da história política brasileira.¹⁴ Com esse tipo de procedimento, absolutamente falacioso, se constrói a legitimidade das recentes mobilizações da direita brasileira de modo quase idílico.

¹⁴ “Movimentos não têm futuro sem partidos”, afirma historiador. *O Estado de São Paulo*, 12 de abril de 2015. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,movimentos-nao-tem-futuro-sem-partidos-afirma-historiador,1668038> (acesso 11/06/2015)

Bibliografia

AMARAL, Mariana. A nova roupa da direita. *A Pública*, 23 de junho de 2015. Disponível em <http://apublica.org/2015/06/a-nova-roupa-da-direita/> (acesso 23 de junho de 2015).

ANDERSON, Perry. Idéias e ação política na mudança histórica. In. *Margem Esquerda*, n.1, pp.79-92, 2003.

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no “Mais Mises, Menos Marx”. *Revista Marx e o Marxismo*, v.2, n.3, pp.417-425, 2014.

CONSTANTINO, Rodrigo. Por um Tea Party Brasil. Blog do Rodrigo Constantino, 17 de junho de 2013. Disponível em <http://rodrigoconstantino.blogspot.com.br/2013/06/por-um-tea-party-brasil.html> (acesso 10/06/2015)

COUTINHO, Carlos Nelson. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. A Época Neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma? *Novos Rumos*, Marília (SP), v.49, n.1, pp.117-126, Jan.-Jun. 2012.

DREIFUSS, René Armand. *1964 – a conquista do Estado*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1981.

FEIJÓ, Ricardo. *Economia e Filosofia na Escola Austríaca – Menger, Mises, Hayek*. São Paulo: Nobel, 2000.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Vol. 3. Maquiavel. Notas sobre Estado e Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOVELER, Rejane Carolina. Tropa de elite do neoliberalismo (2): a direita transnacional, ontem e hoje. *Blog Capitalismo em Desencanto*, 3 de junho de 2015. Disponível em <https://capitalismoemdesencanto.wordpress.com/2015/06/03/tropa-de-elite-do-neoliberalismo-2-a-direita-transnacional-ontem-e-hoje/> (acesso 3 de junho de 2015).

KLEIN, Naomi. *A doutrina de choque*. A ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular, 2012, p.73-161.

MERQUIOR, José Guilherme. *Liberalismo – antigo e moderno*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. 8ª Ed. São Paulo: Ed.UNESP, 2010.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). *A nova pedagogia da hegemonia*. Estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

O'DONNELL, Guillermo. *Reflexões sobre os estados burocrático-autoritários*. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (orgs.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRUNES, Cândido Mendes. Prefácio a *Hayek no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2006.

SAFATLE, Vladimir. O filho bastardo. *Folha de S. Paulo*, 4 de setembro de 2012.

SILVA, Carla Luciana. *VEJA: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Cascavel (PR): Edunioeste, 2009.

SILVEIRA, Luciana. *Fabricação de idéias, produção do consenso: estudo de caso do Instituto Millenium*. Dissertação de mestrado em Sociologia, Unicamp, 2013.

TRINDADE, Hégio. *Integralismo – o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.